

Em 13-09-2010 14:56, **Joao Filipe Queiró** escreveu:

Caro Ferreira Gomes,

Agradeço-lhe o envio deste interessante documento, bem como a solicitação de uma opinião.

Tenho alguns breves comentários a fazer. Dado o tempo apertado, restringir-me-ei ao capítulo 1 (com uma referência ao 3).

Envio-lhe os comentários a si, mas se achar mais apropriada outra via agradeço o favor de mo dizer.

O capítulo em causa está bem feito, com observações muito pertinentes. Menciono em particular as referências aos problemas administrativos com a FCT e à defesa de menos burocracia. A proposta de orientação bicéfala para a investigação fundamental e aplicada é interessante e merece ser explorada. É também de aplaudir a apologia do conhecimento fundamental e a defesa da qualidade *versus* quantidade. São referidas críticas noutros países a modelos de avaliação por pares **por causa dos custos elevados** (sublinhado meu). Uma política de avaliação, e portanto de incentivos, baseada no uso cego da bibliometria, seria sem dúvida mais barata, mas implicaria riscos sérios de degradação do nosso sistema científico.

Quanto a pontos de divergência, destaco a tese repetidamente defendida de que no financiamento da Ciência devem ser privilegiados os projectos em detrimento das unidades de investigação (várias vezes designadas por "instituições"), devendo o financiamento a estas "diminuir substancialmente".

Em primeiro lugar, parece haver alguma confusão dos autores quanto à natureza das unidades. Na página 9, diz-se que os financiamentos às unidades "não são avaliáveis". Logo a seguir, diz-se que um centro de investigação é "financiado pelo simples facto de existir". Na página 15, propõe-se que seja diminuído o "financiamento automático para as instituições científicas". Nenhuma destas observações se aplica às unidades de investigação da FCT, que são objecto de incisivas avaliações periódicas, com reflexo no financiamento (que pode ser terminado, em caso de baixa classificação). Há portanto aqui qualquer problema a esclarecer quanto às "instituições" a que os autores se referem.

Em segundo lugar, supondo mesmo assim que é às UI correntes que os autores se referem, é um erro defender a diminuição do seu financiamento em favor de um aumento do apoio aos projectos. A canalização maioritária de recursos para os projectos, por natureza actividades muito limitadas no tempo, tornaria a vida dos investigadores ainda mais frenética e estimularia perspectivas de curto prazo. Isto seria indesejável, dado que o "curto-prazismo" é uma espécie de doença infantil do sistema universitário português.

O financiamento às unidades de investigação, em função dos resultados das avaliações, tem importância estrutural na vida das universidades e constitui forte estímulo à qualidade da sua actividade. E não se pode esquecer, por outro lado ainda, que a lógica dos projectos não é adequada por igual a todas as áreas do conhecimento.

É de resto interessante que o mesmo documento defenda, na página 15, "equipas de investigação maiores, com várias vertentes de investigação integradas num objectivo de topo", o que começa curiosamente a parecer-se com o perfil de uma unidade de investigação.

Finalmente -- e é esta a única referência que faço ao capítulo 3, também bem elaborado -- na página 36 é considerada adequada a metodologia que a FCT têm adoptado para avaliar unidades de investigação, sugerindo-se períodos de cinco anos em vez de três (com pareceres intercalares) e -- numa observação de carácter muito estratégico --

propondo-se uma progressiva integração da avaliação das unidades com a avaliação institucional das universidades.

Um abraço,